

Princípios para Títulos Verdes

Diretrizes Voluntárias para Emissão de Títulos Verdes

Junho 2021

AVISO: Para evitar dúvidas, a versão em língua inglesa dos Princípios para Títulos Verdes publicada na seção de finanças sustentáveis do site da ICMA é a versão oficial do documento. Esta tradução é fornecida apenas para referência geral.

INTRODUÇÃO

Os Princípios para Títulos Verdes ([Green Bond Principles](#) - “GBP”), juntamente com os Princípios para Títulos Sociais ([Social Bond Principles](#) – “SBP”), as Diretrizes para Títulos Sustentáveis ([Sustainability Bond Guidelines](#) – “SBG”) e os Princípios para Títulos Vinculados a Sustentabilidade ([Sustainability-Linked Bond Principles](#) - “SLBP”) são publicados sob a governança dos Princípios. Os Princípios são uma coleção de marcos voluntários com a missão e visão declaradas de promover o papel que os mercados globais de dívida podem desempenhar no financiamento de atividades que contribuam para o progresso da sustentabilidade ambiental e social.

Os Princípios descrevem melhores práticas para a emissão de títulos de dívida que atendem a propósitos sociais e/ou ambientais por meio de diretrizes e recomendações globais que promovem transparência e divulgação, reforçando assim a integridade do mercado. Os princípios também contribuem para a conscientização sobre a importância de impactos ambientais e sociais entre os participantes do mercado financeiro, o que visa, em última instância, a atrair mais capital para apoiar o desenvolvimento sustentável.

Os GBP procuram apoiar os emissores no financiamento de projetos ambientalmente saudáveis e sustentáveis, que promovam uma economia de emissões líquidas zero (*net-zero*) e protejam o meio ambiente. Emissões de títulos alinhadas aos GBP, além de uma oportunidade de investimento, também devem fornecer credenciais verdes robustas. Ao recomendar que os emissores informem sobre a alocação dos recursos de Títulos Verdes, os GBP promovem um salto qualitativo na transparência que facilita o rastreamento de recursos alocados em projetos ambientais, ao mesmo tempo em que visa melhorar a percepção de seus impactos estimados.

Os GBP fornecem macro categorias de Projetos Verdes elegíveis, considerando a diversidade de pontos de vista e o desenvolvimento em curso da compreensão de questões e consequências ambientais, ao mesmo tempo em que adota, quando necessário, referências a outras partes que fornecem definições, padrões e taxonomias complementares para determinar a sustentabilidade ambiental dos projetos. Os GBP encorajam todos os

participantes de mercado a usar essa base para desenvolver suas próprias práticas com robustez, referenciando um amplo conjunto de critérios complementares conforme o caso.

Os GBP são colaborativos e consultivos por natureza, baseados nas contribuições de [Membros e Observadores](#) dos Princípios e da comunidade mais ampla de partes interessadas (*stakeholders*). Eles são atualizados conforme necessário para refletir o desenvolvimento e crescimento do mercado global de Títulos Verdes. Os GBP, e os Princípios em geral, são coordenados pelo [Comitê Executivo](#) com o apoio do Secretariado.

Além dos GBP, os Princípios oferecem abordagens que refletem compromissos de sustentabilidade no nível do emissor, que podem complementar ou fornecer uma alternativa ao foco em uso dos recursos. Tais compromissos podem ser expressos por meio de Títulos Vinculados a Sustentabilidade (*Sustainability-Linked Bonds*), bem como por meio de estratégias e divulgações dedicadas, conforme recomendado pelo [Climate Transition Finance Handbook](#) ao comunicar planos de transição energética alinhados com o Acordo de Paris. Uma ilustração dos produtos e orientações abrangidos pelos Princípios está descrita no Apêndice 2.

A EDIÇÃO 2021 DOS GBP

Esta edição do GBP se beneficia do feedback da consulta de 2020 aos Membros e Observadores dos Princípios, do [Conselho Consultivo](#), bem como da contribuição dos [grupos de trabalho](#) coordenados pelo Comitê Executivo com o apoio do Secretariado.

Notavelmente, a edição de 2021 da GBP traz recomendações acerca da preparação de Marcos de Títulos Verdes e revisões externas, juntamente com os quatro componentes principais dos GBP. Também recomenda maior transparência sobre estratégias e compromissos de sustentabilidade no nível do emissor, e incentiva maior disponibilidade de informações, caso relevantes, sobre o grau de alinhamento dos projetos com taxonomias oficiais ou de mercado.

Além disso, fornece orientação sobre os processos internos do emissor para identificar mitigantes para riscos sociais e/ou ambientais cujos impactos possam ser materiais. Também contém esclarecimentos adicionais e atualizações relativas às práticas de mercado recomendadas.

Esta edição também inclui referências importantes para documentos complementares aos Princípios, incluídos no [Climate Transition Finance Handbook](#), [Harmonised Framework for Impact Reporting](#) e [Guidelines for External Reviews](#), que são complementadas pelo [Guidance Handbook](#)

DEFINIÇÃO DE TÍTULOS VERDES

Títulos Verdes são quaisquer títulos de renda fixa em que os recursos, ou um montante equivalente, serão aplicados exclusivamente para financiar ou refinar, parcial ou

totalmente, Projetos Verdes novos e/ou existentes elegíveis (consultar a seção Uso dos Recursos abaixo) e que estão alinhados com os quatro componentes principais dos GBP.

Existem diferentes tipos de Títulos Verdes no mercado. Estes são descritos no Apêndice 1.

Entende-se que certos Projetos Verdes elegíveis podem ter co-benefícios sociais, e que a classificação de um título como um Título Verde deve ser determinada pelo emissor com base em seus objetivos principais para os projetos. Títulos que intencionalmente misturam Projetos Verdes e Sociais elegíveis são chamados de Títulos de Sustentabilidade, e orientações específicas para estes são fornecidas separadamente nas Diretrizes de Títulos Sustentáveis ([Sustainability Bond Guidelines](#)).

É importante observar que os Títulos Verdes não devem ser considerados fungíveis com títulos que não estejam alinhados com os quatro componentes principais da GBP. Títulos emitidos de acordo com o *Green Bond Guidance* lançado antes desta versão são considerados consistentes com os GBP.

PRINCÍPIOS PARA TÍTULOS VERDES

Os Princípios para Títulos Verdes (*Green Bond Principles*) são diretrizes voluntárias que recomendam transparência na divulgação de informações e promovem a integridade no desenvolvimento do mercado de Títulos Verdes, esclarecendo a abordagem para emissão destes. Os GBP destinam-se ao amplo uso do mercado: fornecem aos emissores orientações sobre os principais componentes envolvidos no lançamento de um Título Verde confiável; auxiliam os investidores promovendo a disponibilidade de informações necessárias para avaliar o impacto ambiental de seus investimentos em Títulos Verdes; e auxiliam os coordenadores financeiros oferecendo processos que facilitarão transações que preservam a integridade do mercado.

Os GBP recomendam processos claros e transparência para os emissores, os quais investidores, bancos, prestadores de serviço, agentes de colocação e outros podem usar para entender as características de qualquer Título Verde. Os GBP enfatizam a necessária transparência, precisão e integridade das informações que serão divulgadas e relatadas pelos emissores às partes interessadas por meio de componentes principais e recomendações adicionais.

Os quatro componentes principais para alinhamento com os GBP são:

1. Uso dos Recursos
2. Processo para Avaliação e Seleção de Projetos
3. Gestão dos Recursos
4. Relatórios

As recomendações adicionais para aumentar a transparência são:

- (i) Marcos (*Frameworks*) de Títulos Verdes
- (ii) Revisões externas

1. Uso dos recursos

A pedra fundamental de um Título Verde é a utilização dos recursos para Projetos Verdes elegíveis, os quais devem ser apropriadamente descritos na documentação legal do título. Todos os Projetos Verdes elegíveis designados devem fornecer benefícios ambientais claros, que serão avaliados e, quando viável, quantificados pelo emissor.

Caso a totalidade ou parte dos recursos seja ou possa ser usada para refinanciamento, recomenda-se que os emissores forneçam uma estimativa da parcela de financiamento versus refinanciamento e, quando apropriado, também esclareçam quais investimentos ou portfólios de projetos podem ser refinanciados e, dentro do possível, o período retroativo esperado para projetos verdes elegíveis refinanciados. Os GBP reconhecem explicitamente várias categorias amplas de elegibilidade para Projetos Verdes que contribuem para objetivos ambientais, tais como: mitigação das mudanças climáticas, adaptação às mudanças climáticas, conservação de recursos naturais, conservação da biodiversidade e prevenção e controle da poluição.

A lista de categorias de projetos a seguir, embora indicativa, captura os tipos de projetos mais comumente apoiados ou que se espera que sejam apoiados pelo mercado de Títulos Verdes. Projetos Verdes incluem ativos, investimentos e outros gastos relacionados e de suporte, como P&D, que podem estar relacionados a mais de uma categoria e/ou objetivo ambiental. Três objetivos ambientais identificados acima (prevenção e controle da poluição, conservação da biodiversidade e adaptação às mudanças climáticas) também servem como categorias de projetos na lista. Como tal, referem-se aos projetos que são mais especificamente concebidos para atender a esses objetivos ambientais.

As categorias elegíveis de Projetos Verdes, listadas sem ordem específica, incluem, mas não estão limitadas a:

- **Energia renovável** (incluindo produção, transmissão, equipamentos e produtos);
- **Eficiência energética** (como em prédios novos e reformados, armazenamento de energia, aquecimento urbano, redes inteligentes, eletrodomésticos e produtos);
- **Prevenção e controle da poluição** (incluindo redução de emissões, controle de gases de efeito estufa, remediação do solo, prevenção ou redução da geração de resíduos, reciclagem de resíduos e geração de energia por meio de resíduos com eficiência de emissões);
- **Gestão ambientalmente sustentável de recursos naturais e uso da terra** (incluindo agricultura sustentável; criação ecologicamente sustentável de animais; insumos agrícolas sustentáveis, como proteção biológica de plantações ou irrigação por

gotejamento; pesca e aquicultura ambientalmente sustentáveis; silvicultura ambientalmente sustentável, incluindo florestamento ou reflorestamento, e preservação ou restauração de paisagens naturais);

- **Conservação da biodiversidade terrestre e aquática** (incluindo a proteção de ambientes costeiros, marinhos e de bacias hidrográficas);
- **Transporte limpo** (como transporte elétrico, híbrido, público, ferroviário, não motorizado, multimodal, infraestrutura para veículos movidos com energia limpa e redução de emissões nocivas);
- **Gestão sustentável de água e esgoto** (incluindo infraestrutura sustentável para água limpa e/ou potável, tratamento de esgoto, sistemas sustentáveis de drenagem urbana e outras formas de mitigação de inundações);
- **Adaptação às mudanças climáticas** (incluindo esforços para tornar a infraestrutura mais resiliente aos impactos das mudanças climáticas, bem como sistemas de apoio à informação, como observação climática e sistemas de alerta);
- **Produtos, tecnologias e processos de produção adaptados à economia circular** (como a concepção e introdução de materiais, componentes e produtos reutilizáveis, recicláveis e reconicionados; produtos e serviços circulares); **e/ou produtos ecoeficientes certificados**;
- **Edifícios verdes** que atendem a padrões ou certificações regionais, nacionais ou internacionalmente reconhecidas de desempenho ambiental.

Embora o propósito dos GBP não seja tomar uma posição sobre quais tecnologias verdes, padrões, reivindicações e declarações são ideais para benefícios ambientalmente sustentáveis, vale ressaltar que existem várias iniciativas internacionais e nacionais para produzir taxonomias e nomenclaturas, bem como fornecer mapeamento entre elas para garantir a comparabilidade. Estas iniciativas podem fornecer orientações adicionais aos emissores de Títulos Verdes sobre o que pode ser considerado verde e elegível pelos investidores. Essas taxonomias estão atualmente em vários estágios de desenvolvimento. Os emissores e outras partes interessadas podem consultar exemplos na seção de [finanças sustentáveis](#) do site da ICMA.

Além disso, existem muitas instituições que fornecem análises, conselhos e orientações independentes sobre a qualidade de diferentes soluções verdes e práticas ambientais. As definições de Projetos Verdes também podem variar dependendo do setor e geografia.

Finalmente, quando os emissores desejam financiar projetos para implementar uma estratégia de emissões líquidas zero alinhadas com os objetivos do Acordo de Paris, orientações sobre divulgações no nível do emissor e estratégias de transição climática podem ser encontradas no [Climate Transition Finance Handbook](#).

2. Processo de avaliação e seleção de projetos

O emissor de um Título Verde deve comunicar claramente aos investidores:

- Os objetivos de sustentabilidade ambiental dos Projetos Verdes elegíveis;
- O processo pelo qual o emissor determina como os projetos se enquadram nas categorias elegíveis de Projetos Verdes (exemplos identificados acima); e
- Informações complementares sobre os processos pelos quais o emissor identifica e gerencia os riscos socioambientais percebidos associados ao(s) projeto(s) relevante(s).

Os emissores também são incentivados a:

- Posicionar as informações comunicadas acima no contexto dos objetivos, estratégias, políticas e/ou processos do emissor relacionados à sustentabilidade ambiental.
- Fornecer informações, caso relevantes, sobre o alinhamento de projetos com taxonomias oficiais ou de mercado, critérios de elegibilidade relacionados, incluindo, se aplicável, critérios de exclusão; e divulgar quaisquer padrões ou certificações verdes referenciados na seleção de projetos.
- Ter um processo implementado para identificar mitigantes de riscos materiais conhecidos de impactos sociais e/ou ambientais negativos do(s) projeto(s) relevante(s). Esses mitigantes podem incluir análises claras e relevantes de trade-off realizadas e monitoramento necessário quando o emissor avalia que os riscos potenciais são significativos.

3. Gestão dos recursos

Os recursos líquidos de um Título Verde, ou um valor igual a esses recursos líquidos, devem ser creditados em uma subconta ou de outra forma rastreados pelo emissor de maneira apropriada, e atestados pelo emissor em um processo interno formal vinculado às operações de empréstimo e investimento do emissor para Projetos Verdes elegíveis.

Durante a vida útil do Título Verde, o saldo dos recursos deve ser monitorado periodicamente para refletir as alocações aos Projetos Verdes elegíveis feitos durante esse período. O emissor deve reportar aos investidores os tipos pretendidos de alocação temporária para o saldo dos recursos líquidos não alocados.

Os recursos dos Títulos Verdes podem ser administrados por título (abordagem individual) ou de forma agregada para vários títulos verdes (abordagem de portfólio).

Os GBP incentivam um alto nível de transparência e recomendam que a gestão de recursos de um emissor seja complementada pelo uso de um auditor externo, ou outro terceiro, para verificar o processo de rastreamento interno e a alocação dos recursos dos Títulos Verdes (consulte seção de recomendações abaixo).

4. Relato

Os emissores devem disponibilizar e manter prontamente disponíveis informações atualizadas sobre o uso dos recursos, as quais devem ser atualizadas anualmente até a alocação total, e em tempo hábil em caso de eventos relevantes. O relatório anual deve incluir uma lista dos projetos para os quais foram alocados recursos dos Títulos Verdes, bem como uma breve descrição dos projetos, os valores alocados e seu impacto esperado. Quando acordos de confidencialidade, considerações competitivas ou muitos projetos subjacentes limitam a quantidade de detalhes que podem ser disponibilizados, os GBP recomendam que as informações sejam apresentadas em termos genéricos ou em uma base agregada (por exemplo, porcentagem atribuída a determinada categoria de projetos).

A transparência é de particular valor na comunicação do impacto esperado e/ou alcançado dos projetos. Os GBP recomendam o uso de indicadores de desempenho qualitativos e, sempre que possível, medidas de desempenho quantitativas e divulgação da metodologia subjacente e/ou premissas usadas na determinação quantitativa. Os emissores devem consultar e adotar, sempre que possível, os modelos de orientação e relatórios de impacto fornecidos no [Harmonised Framework for Impact Reporting](#).

O uso de um resumo, que reflete as principais características de um Título Verde ou programa de Títulos Verdes, e ilustra seu alinhamento com os quatro componentes principais dos GBP, pode ajudar a informar os participantes do mercado. Para esse fim, um modelo pode ser encontrado na seção de finanças sustentáveis do site da ICMA que, uma vez completo, pode ser disponibilizado on-line para informação ao mercado (consulte a seção Centro de Recursos).

RECOMENDAÇÕES ADICIONAIS

Marcos (*Frameworks*) de Títulos Verdes

Os emissores devem explicar o alinhamento de seu Título Verde ou programa de Títulos Verdes com os quatro componentes principais do GBP (ou seja, Uso de Recursos, Processo para Avaliação e Seleção de Projetos, Gestão dos Recursos e Relatório em um Marco de Títulos Verdes ou em sua documentação legal. Esse marco e/ou documentação legal deve estar disponível em um formato facilmente acessível aos investidores.

Recomenda-se que os emissores resumam em seu Marco de Títulos Verdes informações relevantes dentro do contexto da estratégia de sustentabilidade do emissor. Isso pode incluir referência aos cinco objetivos ambientais dos GBP (mitigação das mudanças climáticas, adaptação às mudanças climáticas, conservação dos recursos naturais, conservação da

biodiversidade e prevenção e controle da poluição). Os emissores também são incentivados a divulgar quaisquer taxonomias, padrões ou certificações utilizadas na seleção de projetos.

Ao comunicar as estratégias de transição climática alinhadas ao Acordo de Paris no contexto de projetos voltados para a mitigação das mudanças climáticas, os emissores são incentivados a usar as orientações do [Climate Transition Finance Handbook](#)

Revisões externas

Recomenda-se que os emissores indiquem provedor(es) de revisão externa para avaliar por meio de uma revisão externa pré-emissão, o alinhamento de seu programa e/ou Framework de Títulos Verdes com os quatro componentes principais dos GBP (ou seja, Uso de Receitas, Processo para Avaliação e Seleção de Projetos, Gestão dos Recursos e Relatório conforme definido acima.

Após a emissão, recomenda-se que a gestão e alocação dos recursos seja complementada pelo uso de um auditor externo, ou outro terceiro, para verificar o processo interno de rastreamento e alocação de recursos dos recursos do Título Verde para os Projetos Verdes elegíveis.

Existem várias maneiras de os emissores obterem informações externas para o processo de emissão de um Título Verde e existem vários tipos de revisão que podem ser fornecidos ao mercado. Os emissores devem consultar as [Diretrizes Para Revisões Externas](#) para recomendações e explicações sobre os diferentes tipos de revisões. Estas Diretrizes foram desenvolvidas pelos GBP para promover melhores práticas. Eles são uma iniciativa baseada no mercado para fornecer informações e transparência sobre os processos de revisão externa para emissores, subscritores, investidores, outras partes interessadas e os próprios revisores externos.

Os GBP incentivam os provedores de avaliações externas a divulgarem suas credenciais e conhecimentos relevantes e comunicarem claramente o escopo da(s) avaliação(ões) realizada(s). Os emissores devem disponibilizar publicamente as revisões externas em seu site e/ou por meio de qualquer outro canal de comunicação acessível conforme apropriado, bem como usar o modelo para revisões externas disponível na [seção de finanças sustentáveis](#) do site da ICMA.

CENTRO DE RECURSOS

Modelos recomendados e outros recursos dos GBP estão disponíveis na [seção de finanças sustentáveis](#) do site da ICMA. Os modelos preenchidos para informações de mercado sobre transações podem ser disponibilizados online no Centro de Recursos.

DISCLAIMER

Os Princípios para Títulos Verdes (Green Bond Principles) são diretrizes de processo voluntárias que não constituem uma oferta de compra ou venda de títulos nem constituem aconselhamento específico de qualquer forma (fiscal, legal, ambiental, contábil ou regulatória) em relação a Títulos Verdes ou quaisquer outros títulos. Os Princípios para Títulos Verdes (Green Bond Principles) não criam quaisquer direitos ou responsabilidades para qualquer pessoa, pública ou privada. Os emissores adotam e implementam os Princípios para Títulos Verdes (Green Bond Principles) de forma voluntária e independente, sem dependência ou recurso aos Green Bond Principles, e são os únicos responsáveis pela decisão de emitir Títulos Verdes. Os subscritores de Títulos Verdes não são responsáveis se os emissores não cumprirem seus compromissos com os Títulos Verdes e o uso dos recursos líquidos resultantes. Se houver um conflito entre quaisquer leis, estatutos e regulamentos aplicáveis e as diretrizes estabelecidas nos Green Bond Principles, as leis, estatutos e regulamentos locais relevantes prevalecerão.

APÊNDICE 1 TIPOS DE TÍTULOS VERDES

Existem atualmente quatro tipos de Títulos Verdes (tipos adicionais podem surgir à medida que o mercado se desenvolve e estes serão incorporados nas atualizações dos GBP):

- **Título Verde Padrão:** uma obrigação de dívida padrão com recurso ao emissor alinhada com os GBP.
- **Título Verde com Colateral de Receita:** uma obrigação de dívida sem recurso ao emissor alinhada com os GBP, em que a exposição de crédito do título está vinculada a fluxos de caixa como receitas, taxas, impostos etc., e cujos recursos vão para Projetos Verdes relacionados ou não relacionados
- **Título de Projeto Verde:** um título para financiar um único ou vários Projetos Verdes, e a cujos riscos o investidor tem exposição direta com ou sem recurso potencial ao emissor, e que estão alinhados com os GBP.
- **Título de Securitização Verde:** um título garantido por um ou mais Projetos Verdes específicos, incluindo, entre outros, títulos colateralizados, FIDCs, CRIs, CRAs e outras estruturas, alinhados com os GBP. A primeira fonte de pagamento é geralmente o fluxo de caixa dos ativos.

Nota 1:

É reconhecido que existe um mercado de títulos ambientais, climáticos ou temáticos, em alguns casos denominados “pure play”, emitidos por organizações que se dedicam principal ou integralmente a atividades ambientalmente sustentáveis, mas que não seguem os quatro

componentes dos GBP. Nesses casos, os investidores precisarão ser informados adequadamente e deve-se tomar cuidado para não implicar características dos GBP por meio de uma referência à denominação de Título Verde. Essas organizações são incentivadas a adotar, sempre que possível, as melhores práticas relevantes dos GBP (por exemplo, para Relatório para esses títulos ambientais, climáticos ou temáticos existentes e alinhar transações futuras com os GBP).

Nota 2:

Reconhece-se que existe um mercado de títulos com temas sustentáveis que financiam uma combinação de projetos verdes e sociais, inclusive aqueles vinculados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (“ODS”). Em alguns casos, esses títulos podem ser emitidos por organizações que estão principalmente ou totalmente envolvidas em atividades sustentáveis, mas seus títulos podem não se alinhar aos quatro componentes dos GBP. Nesses casos, os investidores precisarão ser informados adequadamente e deve-se tomar cuidado para não implicar características de GBP (ou SBP) por uma referência de Título Sustentável ou ODS. Essas entidades emissoras são incentivadas a adotar, sempre que possível, as melhores práticas relevantes dos GBP e SBP (por exemplo, para Relatório para tais Títulos Sustentáveis, ODS ou outros títulos temáticos existentes, e alinhar futuras emissões com os GBP e/ou SBP).

Um mapeamento dos GBP e SBP para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) está disponível e visa fornecer um amplo quadro de referência pelo qual emissores, investidores e participantes do mercado possam avaliar os objetivos de financiamento de um determinado Título Verde, Social ou de Sustentabilidade contra os ODS. Ele pode ser encontrado na [seção de finanças sustentáveis](#) do site da ICMA.

Nota 3:

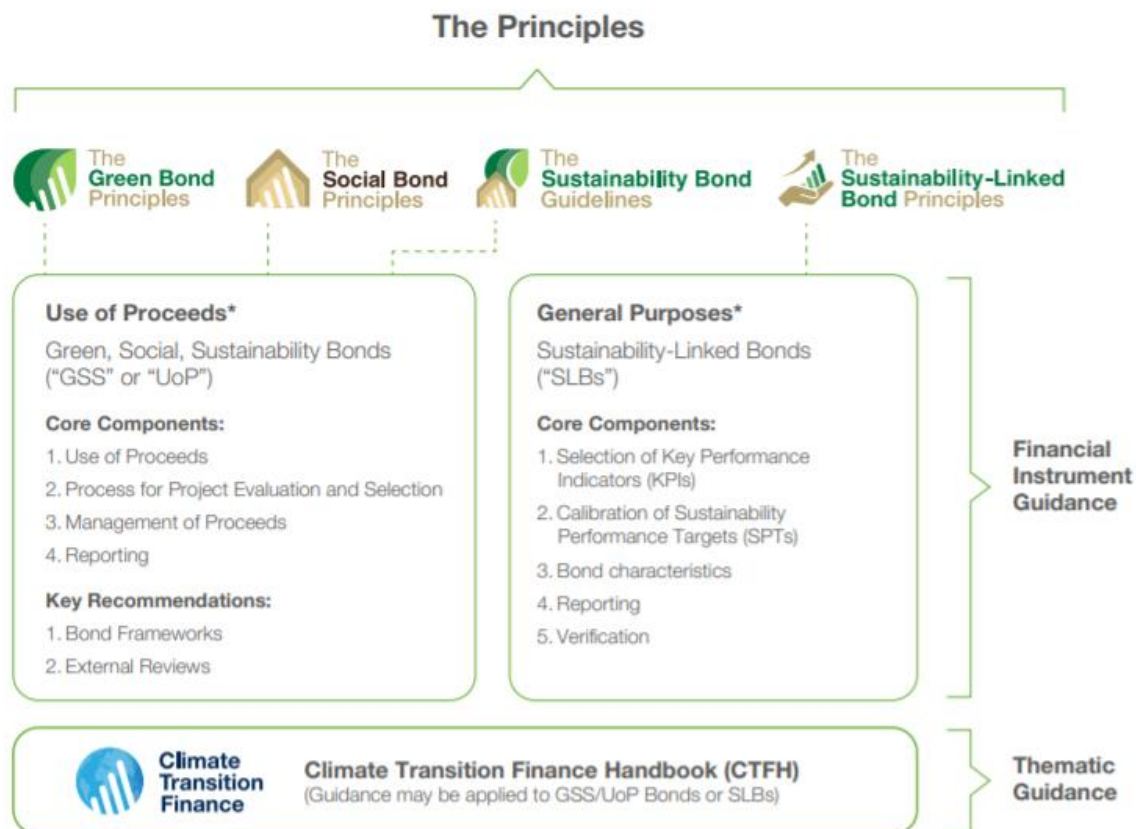
Reconhece-se que várias transações foram promovidas como “*Blue Bonds*” ou terminologia similar com o objetivo de enfatizar a importância do uso sustentável dos recursos marítimos e da promoção de atividades econômicas sustentáveis relacionadas. Esses esforços também são apoiados por iniciativas de mercado dedicadas, incluindo apoio oficial do setor. Esses “*Blue Bonds*” também são Títulos Verdes, desde que estejam alinhados com os quatro componentes principais dos GBP.

Nota 4:

Reconhece-se que os emissores podem desejar alinhar seus Títulos Verdes tanto com os GBP quanto com os SLBP. Para evitar dúvidas, tal abordagem permanece a critério dos emissores e não é recomendada nem desencorajada.

APÊNDICE 2

INFOGRÁFICO DOS PRINCÍPIOS



* De acordo com os GBP, SBP e SBG, um montante igual aos recursos líquidos dos títulos deve ser dedicado ao financiamento de projetos elegíveis (Obrigações de Uso de Recursos), enquanto sob os SLBP, os recursos são principalmente para fins gerais de um emissor e vinculados a KPIs identificados e SPTs (Metas Vinculadas à Sustentabilidade). Um título que combina SLB e Uso de Recursos deve aplicar a orientação para ambos os tipos de títulos.